



SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

O COMERCIÁRIO EM PRIMEIRO LUGAR



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2006/2007 Processo Ministério do Trabalho nº 46218.019926/2006-28

Sindicato Profissional: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE, registrado no MTb sob o nº D.N.T. 3.687 de 1941, inscrito no CNPJ sob o nº 92.832.880/0001-80, neste ato representado pelo sr. Nilton Souza da Silva, CPF nº 292.351.700-87.

Sindicato Patronal: SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINCODIV, registrado no MTE sob nº 46000.000468/98, inscrito no CNPJ sob nº 04.243.203/0001-60, neste ato representado pela Sra. Elisabete Hartmann, CPF nº 000.399.950-54.

Categoria abrangida: empregados em Concessionários e Distribuidores de Veículos Automotores de Porto Alegre.

01. Reajuste Salarial - Em 1º de novembro de 2006, os salários dos empregados representados pela entidade profissional acordante serão reajustados em **4,50%** (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento), percentual este que incidirá sobre o salário de novembro de 2005, resultante da aplicação da Convenção Coletiva ora revista.

Parágrafo Único – O reajuste previsto no “caput” desta cláusula será aplicado até a parcela de R\$ 3.450,00 (três mil, quatrocentos e cinquenta reais), e, no que exceder este valor, aplica-se a livre negociação com seus empregadores. Fica-lhes garantido, no entanto, uma parcela fixa de reajuste de R\$ 155,25 (cento e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), que corresponde ao índice de 4,50% sobre o limite convencionado.

02. Reajuste Salarial Proporcional - A taxa de reajustamento do salário do empregado que haja ingressado na empresa após a data-base, será proporcional ao tempo de serviço e terá como limite o salário reajustado do empregado exercente da mesma função, admitido até 12 (doze) meses antes da data-base.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois da data-base da categoria, será adotado critério proporcional ao tempo de serviço, com adição ao salário da época da contratação, conforme tabela abaixo:

ADMISSÃO	REAJUSTE	ADMISSÃO	REAJUSTE
NOV/05	4,50%	MAI/06	1,23%
DEZ/05	3,58%	JUN/06	1,13%
JAN/06	2,91%	JUL/06	1,13%
FEV/06	2,27%	AGO/06	0,98%
MAR/06	1,88%	SET/06	0,98%
ABR/06	1,43%	OUT/06	0,71%

Parágrafo Segundo - Não poderá o empregado mais novo na empresa, por força do presente acordo, perceber salário superior ao mais antigo na mesma função.

03. Compensações - Poderão ser compensados nos reajustes previstos no presente acordo aumentos salariais, espontâneos ou coercitivos, concedidos durante o período revisando, exceto os provenientes de término de aprendizagem, implemento de idade, promoção por antiguidade ou merecimento, transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade, e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

04. Salário Mínimo Profissional - Os salários mínimos profissionais da categoria, a partir de 1º de NOV de 2006, vigorarão com os seguintes valores:

- Empregados vendedores de veículos automotores que percebem salário misto (fixo + comissões) ou exclusivamente comissões - **R\$ 606,00** (seiscentos e seis reais);
- empregados que percebam salário misto (fixo + comissões) ou exclusivamente comissões - **R\$ 590,00** (quinhentos e noventa reais);
- empregados que percebam salário fixo - **R\$ 520,00** (quinhentos e vinte reais);
- empregados ocupados em serviço de limpeza - **R\$ 411,00** (quatrocentos e onze reais); e
- empregados menores de 18 (dezoito) anos que exerçam a função de “office-boy” - **R\$ 370,00** (trezentos e setenta reais).



SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

O COMERCÁRIO EM PRIMEIRO LUGAR



05. Adicional por Tempo de Serviço – Quinquênio - Fica assegurada a concessão de um adicional de **3%** (três por cento) por quinquênio de serviço prestado na mesma empresa, que incidirá mês a mês sobre o salário percebido pelo empregado. Ninguém poderá perceber sob este título valor superior a **R\$ 606,00** (seiscentos e seis reais). Os adicionais por tempo de serviço já pagos pelas empresas a seus empregados, tendo como parâmetro prazos e percentuais diversos dos ora estabelecidos poderão ser objeto de compensação, não se aplicando a presente cláusula em caso de percepção de benefícios mais vantajosos.

Parágrafo Primeiro - O adicional previsto nesta cláusula é devido independentemente da forma de remuneração, devendo ser aplicado, igualmente, mês a mês, sobre a remuneração variável do comissionista.

Parágrafo Segundo - O valor do teto fixado no “caput” da presente cláusula será reajustado nas mesmas datas e índices que o piso salarial do empregado comissionado.

06. Quebra-de-Caixa - Os empregados que exerçam a função de caixa ou similar perceberão um adicional no valor de **10%** (dez por cento) do salário efetivamente percebido a título de quebra-de-caixa, ficando ajustado que ditos valores não farão parte integrante do salário do empregado para qualquer efeito legal.

Parágrafo Único - Fica facultado o não pagamento do adicional de quebra-de-caixa pelas empresas que não procederem no desconto de eventuais diferenças verificadas por ocasião da conferência do caixa. A referida sistemática deverá ser consignada no contrato de trabalho ou em documento entregue, mediante protocolo de recebimento, ao empregado caixa.

07. Adicional - Horas Extras - As horas extraordinárias serão pagas e calculadas com o adicional de **50%** (cinquenta por cento) para as duas primeiras e **100%** (cem por cento) para as subseqüentes.

Parágrafo Único - As horas extraordinárias serão calculadas com base no salário do mês em que forem efetivamente pagas, exceto quando o pagamento ocorrer até o 5º (quinto) dia útil, hipótese em que será levado em consideração o salário do mês anterior.

08. Balanços - Quando a empresa realizar balanços, balancetes e inventários, deverá fazê-lo dentro do horário normal de trabalho ou quando forem realizados fora do horário normal, as horas correspondentes deverão ser pagas com o adicional previsto nesta convenção.

09. Conferência de Caixa - As horas dispendidas na conferência de caixa, quando realizadas após a jornada normal de trabalho, serão pagas como extraordinárias, com a aplicação do percentual estabelecido nesta convenção.

10. Compensação da Jornada Extraordinária - A duração normal de jornada de trabalho poderá, para fins de adoção do regime de compensação horária de que trata o art. 59 da CLT, ser acrescida de horas complementares em número não excedendo de 02 (duas) horas diárias, respeitada a seguinte sistemática:

- a) o regime de compensação horária poderá ser estabelecido em um período máximo de 40 (quarenta) dias;
- b) o número máximo de horas extras a serem compensadas dentro do respectivo mês será de 40 (quarenta) horas por trabalhador;
- c) as horas excedentes ao limite previsto na letra "b" da presente cláusula, serão pagas como extras acrescidas do adicional previsto nesta convenção;
- d) as empresas que se utilizarem da compensação deverão adotar controle de ponto da carga horária do empregado;
- e) mediante requerimento do empregado, as empresas que se utilizarem do regime de compensação horária deverão fornecer semanalmente cópia do espelho de controle;
- f) a compensação dar-se-á sempre de segunda-feira a sábado.

Parágrafo Primeiro - As horas de trabalho reduzidas na jornada para posterior compensação não poderão ser objeto de descontos salariais, caso não venham a ser compensadas com o respectivo aumento da jornada dentro do mês e nem poderão ser objeto de compensação nos meses subseqüentes.

Parágrafo Segundo - Havendo rescisão de contrato e se houver crédito a favor do empregado, as respectivas horas serão computadas e remuneradas com o adicional de horas extras previsto nesta convenção.

Parágrafo Terceiro - Se houver débitos de horas do empregado para com o empregador, na hipótese de rompimento de contrato por iniciativa do empregador, as horas não trabalhadas serão abonadas, sem qualquer desconto nas verbas a que o trabalhador tiver direito na rescisão de contrato de trabalho.

Parágrafo Quarto - A faculdade estabelecida no "caput" desta cláusula se aplica a todas as atividades, inclusive aquelas consideradas insalubres, independentemente da autorização a que se refere o artigo 60 da CLT;



SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

O COMERCIÁRIO EM PRIMEIRO LUGAR



11. Cálculo da Hora Extra do Comissionista - As horas extras do empregado comissionista serão calculadas pelo valor total do salário do mês, acrescentando-se ao valor hora, os adicionais para horas extras previstos na presente convenção.

12. Repouso Remunerado do Comissionista - O cálculo do repouso semanal remunerado devido aos empregados comissionistas tomará por base o total das comissões auferidas no mês, dividido pelos dias trabalhados pelo empregado e multiplicado pelos domingos e feriados a que fizer jus.

13. Falta Justificada do Empregado Comissionista - O empregado comissionista, justificando nos termos previstos em lei seu não comparecimento ao trabalho, terá direito ao pagamento do dia respectivo, calculado segundo os mesmos critérios de apuração do repouso semanal remunerado.

14. Férias, Salário Maternidade, Antecipação do 13º salário e Rescisórias dos comissionistas - O empregado comissionado terá o valor de suas férias, salário maternidade, antecipação do 13º salário e parcelas rescisórias calculado com base na média da remuneração variável percebida nos últimos 12 (doze) meses, garantida a atualização monetária das parcelas que servirão de base de cálculo, de acordo com a variação acumulada no período, pelo IGP-M (Fundação Getúlio Vargas).

15. 13º Salário dos comissionistas - O empregado comissionado terá o valor de sua gratificação natalina calculado com base na média da remuneração variável percebida no ano, garantida a atualização monetária das parcelas que servirão de base de cálculo, de acordo com a variação acumulada no período, pelo IGP-M (Fundação Getúlio Vargas).

Parágrafo Único - Não serão atualizadas, em nenhuma hipótese, as comissões referentes ao último mês do período base de cálculo.

16. Antecipação do 13º Salário - As empresas serão obrigadas a pagar 50% (cinquenta por cento) do 13º Salário, aos empregados que o requeiram, até cinco dias após o recebimento do aviso de férias.

17. Igualdade Salarial - Fica estabelecido que não poderá haver desigualdade salarial entre homens e mulheres que prestem serviço ao mesmo empregador exercendo idêntica função, com mesma produtividade e mesmo tempo de serviço, conforme estabelece o Artigo 461 da CLT.

18. Salário do Empregado Substituto - Admitido um empregado para a função de outro dispensado sem justa causa, será garantido àquele salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

19. Descontos de Cheques - As empresas não poderão descontar dos empregados que exerçam a função de caixa ou equivalente, valores correspondentes a cheques sem cobertura ou fraudulentamente emitidos, desde que cumpridas as formalidades legais e/ou aquelas exigidas pela empresa, para aceitação de cheques, devendo estas últimas constarem de documento escrito de inequívoco conhecimento do empregado.

20. Conferência de Caixa - Ficam as empresas obrigadas a proceder a conferência de caixa a vista do empregado por ela responsável sob pena de não lhe serem facultadas quaisquer posteriores compensações por eventuais diferenças.

21. Atrasos - Remuneração de Repouso e Feriado - No caso de atraso do funcionário no horário de serviço, permitindo o empregador seu trabalho naquele dia, será proibido o desconto da importância relativa ao repouso semanal remunerado e feriado correspondente.

22. Livro ou Cartão Ponto - As empresas que contém com 10 (dez) ou mais empregados ficam obrigadas ao registro, em um único livro ou cartão, da jornada diária de trabalho, compreendendo o início, intervalo entre turnos e o final da jornada, mesmo que extraordinária.

23. Prazo para Pagamento dos Salários - Os salários, as horas extras e as comissões deverão ser pagas em uma única oportunidade até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, ou em prazo estabelecido por lei.

Parágrafo Único - O pagamento de salários através de cheques ou depósitos bancários obrigará o empregador a oportunizar que os valores correspondentes estejam a disposição do empregado no dia a que se refere o "caput" da presente cláusula e no horário de início do expediente bancário.

▶ **SEDE CENTRAL** | Rua General Vitorino, 113 | Fone/Fax 51 3226.4333 | CEP 90020-171 | Porto Alegre/RS

▶ **SEDE ESPORTIVA** | Av. Guaíba, 1060/1080 | Fone 51 3248.2410 | CEP 91760-740 | Porto Alegre/RS

▶ **COLÔNIA DE FÉRIAS** | Balneário Jardim Olívia | Fone 51 606.1100 | CEP 95585-000 | Rondinha/RS

www.sindec.org.br
sindec@sindec.org.br



SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

O COMERCIÁRIO EM PRIMEIRO LUGAR



24. Pagamento de Salário em Sexta-Feira e em Véspera de Feriado - O empregador será obrigado a efetuar o pagamento de salários em moeda corrente, sempre que o mesmo se realizar em sextas-feiras ou vésperas de feriados, salvo se a empresa adotar o sistema de depósito de salário em conta corrente.

25. Prazo para Pagamento das Verbas Rescisórias - Quando da rescisão do contrato de trabalho, ficam as empresas obrigadas ao pagamento dos direitos rescisórios e anotações na CTPS nos seguintes prazos:

- até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato;
- até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

Parágrafo Primeiro - A inobservância dos prazos acima sujeitará o infrator às multas previstas no parágrafo oitavo do artigo 477 da CLT.

Parágrafo Segundo - Nas sextas-feiras ou vésperas de feriados, será admitido o pagamento dos valores rescisórios através de cheque da própria empresa e da praça de Porto Alegre, desde que a homologação da rescisão ocorra até as 12 (doze) horas, exceto quando se tratar de menor de idade ou analfabeto.

26. Estabilidade Provisória da Gestante - Será assegurado à empregada gestante a estabilidade no emprego durante a gravidez e até 90 (noventa) dias contados após o retorno do benefício previsto em lei.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de dispensa sem justa causa, a empregada deverá apresentar atestado médico comprovando que o início da gravidez foi anterior ao aviso prévio, dentro de 75 (setenta e cinco) dias após a data do término do aviso prévio, sob pena de decadência do direito previsto.

Parágrafo Segundo - Apresentando o atestado positivo pela empregada e exigindo a empresa a realização de novo exame, será este custeado pelo empregador, ressalvado o ressarcimento à empregada, em qualquer hipótese, dos gastos com o atestado original.

27. Amamentação - Os intervalos para amamentação previsto no art. 396 da CLT poderão ser acumulados em único intervalo da jornada, a critério da empregada-mãe, desde que o mesmo coincida com o horário de início ou final de um dos turnos da jornada de trabalho. Uma vez fixado o horário, o mesmo poderá ser alterado por acordo entre empregado e empregador.

28. Estabilidade Provisória do Acidentado - Aos empregados afastados em razão de acidente de trabalho, será assegurada a estabilidade provisória nos termos do artigo 118 da lei nº. 8.213, de 24 JUL 1991.

29. Contrato de Experiência - Os contratos de experiência não poderão ser celebrados por prazo inferior a quinze dias.

30. Lanche na Jornada Extraordinária - As empresas ficam obrigadas a fornecer lanches aos empregados que tiverem a jornada de trabalho prorrogada por período superior a duas horas.

31. Abono de Falta ao Estudante - Os empregados estudantes, matriculados em escolas oficiais ou reconhecidas, em dias de realização de provas finais de cada semestre serão dispensados de seus pontos durante meio turno; em se tratando de exames vestibulares a dispensa será nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas. Em qualquer hipótese o fato deverá ser comunicado à empresa com quarenta e oito horas de antecedência e comprovado no mesmo prazo.

32. PIS - Dispensa do Serviço - Os empregados serão dispensados, conforme escala estabelecida pela empresa, durante meio expediente da jornada de trabalho, sem prejuízo salarial, para saque das parcelas do PIS ou durante um dia quando o domicílio bancário ocorrer em lugar distinto da prestação de serviço, salvo se a empresa mantiver convênio para pagamento direto das aludidas parcelas.

33. Redução da Jornada de Trabalho no Aviso Prévio - O empregado, quando em cumprimento do aviso prévio trabalhado, mediante comunicação por escrito, poderá escolher a redução entre as duas primeiras ou as duas últimas horas da jornada de trabalho. Feita a opção, o horário não mais poderá ser alterado.

34. Aviso Prévio - Dispensa de Trabalho no Período - O empregado que, em cumprimento do aviso prévio dado pelo empregador, provar a obtenção de novo emprego, terá direito de se desligar da empresa de imediato, percebendo os dias já trabalhados no curso do aviso prévio, sem prejuízo das parcelas rescisórias.

► SEDE CENTRAL | Rua General Vitorino, 113 | Fone/Fax 51 3226.4333 | CEP 90020-171 | Porto Alegre/RS

► SEDE ESPORTIVA | Av. Guaíba, 1060/1080 | Fone 51 3248.2410 | CEP 91760-740 | Porto Alegre/RS

► COLÔNIA DE FÉRIAS | Balneário Jardim Olívia | Fone 51 606.1100 | CEP 95585-000 | Rondoninha/RS

www.sindec.org.br
sindec@sindec.org.br



SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

O COMERCIÁRIO EM PRIMEIRO LUGAR



35. Aviso Prévio em dobro - Os empregados com 45 (quarenta e cinco) ou mais anos de idade e com 05 (cinco) ou mais anos consecutivos de trabalho na mesma empresa, ao serem demitidos, terão direito a um período de aviso prévio de 60 (sessenta) dias, desde que atendidos ambos os requisitos.

Parágrafo Único - Em se tratando de aviso prévio trabalhado, ao arbítrio do empregado poderá ele cumprir 30 (trinta) dias, recebendo em pecúnia os dias restantes.

36. Estabilidade Provisória - Véspera da Aposentadoria - Fica assegurada a garantia da estabilidade provisória durante 12 (doze) meses anteriores a implementação da carência necessária à concessão do benefício de aposentadoria, ao empregado que mantenha o contrato de trabalho com a mesma empresa pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos ininterruptos.

Parágrafo Primeiro - Para a concessão da garantia acima prevista, o empregado deverá comprovar a averbação do tempo de serviço, mediante certidão expedida pela Previdência Social. A apresentação da certidão poderá ser dispensada caso o empregador, a vista dos documentos fornecidos pelo empregado, verifique a existência do tempo de serviço necessário à concessão do benefício.

Parágrafo Segundo - A concessão do benefício previsto nesta cláusula ocorrerá uma única vez e não será devido nas hipóteses de encerramento das atividades da empresa, dispensa por justa causa ou pedido de demissão.

37. Aviso Prévio - Os empregadores que exigirem de seus empregados o cumprimento do aviso prévio sem comparecimento ao trabalho deverão fazê-lo por escrito no próprio aviso prévio, fazendo constar a data, local e hora do pagamento das verbas rescisórias.

38. Anotação da Data de Desligamento na CTPS - Ocorrendo a rescisão do pacto laboral, deverá ser anotada na CTPS do empregado a data do desligamento, bem como, a título de observação, o dia correspondente ao término do aviso prévio.

39. Assentos - As empresas colocarão assentos nos locais de trabalho para uso dos empregados que tenham por atividade o atendimento ao público, nos termos da portaria n.º 3214/78 do Ministério do Trabalho.

40. Local para Lanche - As empresas que não dispensarem seus empregados pelo período necessário para fazer lanche, manterão local apropriado e em condições de higiene para tal.

41. Informe Anual de Rendimentos - As empresas fornecerão aos seus empregados, quando requerido, o Informe Anual de Rendimentos, para fins de Imposto de Renda.

42. Cópia do contrato de Trabalho - As empresas fornecerão aos seus empregados, no ato de admissão, cópia do contrato de trabalho, desde que o mesmo não se possa conter por inteiro nas anotações da CTPS.

43. Devolução da CTPS e Anotação da Função Exercida - As empresas devolverão aos seus empregados a CTPS devidamente anotada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de sua entrega ao empregador.

Parágrafo Único - Os empregadores anotarão na CTPS dos seus empregados a função efetivamente exercida pelos mesmos. Ocorrendo alterações de função, deverá ser procedido registro simultâneo na CTPS.

44. Anotação do Percentual das Comissões - As empresas que remunerem seus empregados a base de comissões ficam obrigadas a anotar na CTPS dos mesmos ou em contrato individual o percentual que será aplicado para cálculo das comissões.

Parágrafo Único - Caso seja impraticável o cumprimento do disposto no "caput" desta cláusula, face a grande diversidade de percentuais, as empresas poderão substituir a anotação na CTPS ou contrato, pela entrega ao empregado da tabela de comissões.

45. Irredutibilidade das Comissões - As empresas não poderão reduzir os percentuais aplicados para cálculo das comissões, em qualquer mês do ano.

46. Relação de Salários de Contribuição e Termo de Rescisão Contratual - As empresas entregarão ao empregado demitido ou demitido, quando requerido, a relação de seus salários durante o período trabalhado ou incorporado na Relação de Salários de Contribuição (RSC), de acordo com o formulário oficial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o vencimento do aviso prévio.

Parágrafo Único - Os empregadores ficam obrigados a entregar ao empregado demitente ou despedido, via ou cópia do termo de rescisão contratual.

► **SEDE CENTRAL** | Rua General Vitorino, 113 | Fone/Fax 51 3226.4333 | CEP 90020-171 | Porto Alegre/RS

► **SEDE ESPORTIVA** | Av. Guaíba, 1060/1080 | Fone 51 3248.2410 | CEP 91760-740 | Porto Alegre/RS

► **COLÔNIA DE FÉRIAS** | Balneário Jardim Olívia | Fone 51 606.1100 | CEP 95585-000 | Rondinha/RS

www.sindec.org.br
sindec@sindec.org.br



SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

O COMERCIÁRIO EM PRIMEIRO LUGAR



47. Recolhimento e Extrato do FGTS - As empresas recolherão o FGTS com base no total da remuneração do empregado, devendo entregar aos mesmos os extratos fornecidos pelo estabelecimento bancário.

48. Uniformes, Acessórios e Equipamentos de Proteção - As empresas que exigirem o uso de uniformes ficam obrigadas a fornecê-los para seus empregados, em número de 2 (dois) por ano, sem qualquer ônus, a título de empréstimo, para uso exclusivo em serviço, ficando estabelecido que os mesmos serão devolvidos às empresas, qualquer que seja o seu estado de conservação.

Parágrafo Primeiro - Quando a empresa exigir, também, o uso de determinados tipos de acessórios, tais como sapatos, meias, maquiagem, etc. deverá fornecê-los sem qualquer ônus ao empregado.

Parágrafo Segundo - É vedado às empresas permitirem, solicitarem ou obrigarem o trabalhador ao uso temporário ou permanente, de uniformes, vestimentas, fantasias ou adereços que causem constrangimento ou firam a sua dignidade pessoal (exemplos: chapéu de Papai Noel; orelhas e rabos de coelho; caracterização de bruxa; palhaço; Super Heróis; animais, etc.).

Parágrafo Terceiro - Os empregadores, na hipótese de previsão legal de fornecimento obrigatório, alcançarão a seus empregados Equipamentos de Proteção Individual, ficando estabelecido que estes serão devolvidos, qualquer que seja o seu estado de conservação, nos casos de substituição ou quando do rompimento do vínculo contratual.

49. Questões Relativas à Segurança e Medicina do Trabalho - Pela presente Convenção é instituída uma Comissão Paritária composta de membros do **Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre – Sindec** - e do **Sindicato Intermunicipal dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Rio Grande Do Sul – Sincodiv** - e/ou membros das CIPAS a qual terá por finalidade o estudo e levantamento, junto às empresas do setor, visando a implementação e adequação das condições referidas na cláusula 61 (sessenta e um) constante do Rol de Reivindicações encaminhado, em 11 de setembro de 2006, pelo Sindec ao Sincodiv.

50. Treinamento e Qualificação Profissional - As partes acordantes (Sincodiv e Sindec) promoverão, em conjunto, cursos de treinamento e qualificação profissional para os empregados em Concessionários e Distribuidores de Veículos Automotores, de Porto Alegre, cujo conteúdo será elaborado em comum acordo.

Parágrafo Único - O empregador liberará o funcionário para participar dos cursos e treinamentos acima mencionados, desde que o conteúdo e os programas sejam de interesse da empresa.

51. Cópia do Recibo ou Envelope de Pagamento - As empresas ficam obrigadas a fornecer a seus empregados discriminativos mensal de seus pagamentos e descontos efetuados através de cópias dos recibos ou envelopes de pagamentos, com a discriminação de todas as parcelas recebidas e descontadas.

52. Prazo de Pagamento e Início das Férias - As empresas, ao concederem férias a seus empregados, deverão pagar remuneração destas até 02 (dois) dias antes do período concedido, conforme estabelece o artigo 145 da CLT.

Parágrafo Único - O período de gozo de férias, individuais ou coletivas, não poderá iniciar em dia de repouso, em feriado e em dia útil em que o trabalho for suprimido por compensação.

53. Gestante - Abono para Consulta Médica - A empresa abonará a falta da empregada gestante, no caso de consulta médica, mediante comprovação por declaração médica ou apresentação da anotação na carteira de gestante.

54. Falta Justificada - Internação Hospitalar de Filho - O empregado não sofrerá qualquer prejuízo salarial quando faltar ao serviço, em um dia por ano, mediante comprovação, para a internação hospitalar de filho com idade até 12 (doze) anos.

55. Igualdade de Oportunidades - As partes ajustam entre si a constituição de comissão Bipartite, composta por membros do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre – SINDEC e do Sindicato do Comércio Varejista de Veículos e de Peças e Acessórios para Veículos no Estado do Rio Grande do Sul – SINCOPEÇAS, que desenvolverá campanhas de conscientização e orientação a empregados, gestores e empregadores no sentido de prevenir eventuais distorções que levem a atos e posturas discriminatórias por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, deficiência física, religião e situação familiar.

56. Auxílio Creche - As empresas garantirão a suas empregadas mulheres, por filho menor de 06 (seis) anos, auxílio mensal em valor equivalente a 0,10 (um décimo) do salário normativo da categoria, a título indenizatório, independentemente de qualquer comprovação de despesas.

▶ **SEDE CENTRAL** | Rua General Vitorino, 113 | Fone/Fax 51 3226.4333 | CEP 90020-171 | Porto Alegre/RS

▶ **SEDE ESPORTIVA** | Av. Guaíba, 1060/1080 | Fone 51 3248.2410 | CEP 91760-740 | Porto Alegre/RS

▶ **COLÔNIA DE FÉRIAS** | Balneário Jardim Olívia | Fone 51 606.1100 | CEP 95585-000 | Rondinha/RS

www.sindec.org.br
sindec@sindec.org.br



SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

O COMERCIÁRIO EM PRIMEIRO LUGAR



Parágrafo Primeiro - As empresas que mantenham creches junto ao seu estabelecimento estarão desobrigadas do pagamento do auxílio creche previsto no "caput" da presente cláusula. As empresas deverão buscar celebrar convênios com creches acessíveis quanto ao local e horário de funcionamento.

Parágrafo Segundo – Serão abrangidos por esta cláusula, os empregados viúvos e os separados judicialmente que detenham a guarda exclusiva dos filhos.

57. Terça-Feira de Carnaval - Fica estabelecido que as empresas que possuem empregados, observarão feriado obrigatório na terça-feira de carnaval.

58. Dia do Comerciário - Fica garantido a todos os empregados que trabalharem durante o mês de **outubro de 2007**, a título de prêmio indenizatório pelo Dia do Comerciário, o pagamento de 01 (um) dia de salário, a ser satisfeito junto com o salário do mês. O prêmio ora estabelecido não integra o salário para qualquer efeito legal.

Parágrafo Único - Em se tratando de empregado comissionado o dia de salário será calculado pelo total das comissões auferidas no mês, dividido por 30 (trinta).

59. Horário de Funcionamento - Horário de Natal e Fim de Ano - As empresas representadas pela entidade patronal acordante não poderão funcionar nos dias **24 e 31 de dezembro de 2006**, além das **18 (dezoito) horas**.

60. Salário Educação - As empresas representadas pela entidade patronal acordante que possuam mais do que 10 (dez) empregados, nos termos do Decreto-Lei nº 1.422/75 e dos Decretos nº 87.043/82 e 88.374/83 e nos limites previstos nas normas de transição estabelecidas na Instrução MEC/FNDE nº 1, de 23 de dezembro de 1996, manterão sistema de reembolso direto do salário educação aos seus empregados que já estivessem matriculados no ensino fundamental no início do primeiro semestre letivo do ano de 2007.

61. Cursos e Reuniões - Quando realizados fora do horário normal, os cursos e reuniões obrigatórios terão seu tempo compensado durante a semana ou remunerado como trabalho extraordinário.

62. Descontos Salariais - Serão considerados válidos os descontos salariais, desde que prévia e expressamente autorizados pelo empregado, efetuados pelo empregador a título de mensalidade de associação de empregados; fundações; cooperativas; clubes; previdência privada; transporte; despesas realizadas em lanchonete da empresa ou local com idêntica função se houver; seguro de vida em grupo; farmácia; compras no próprio estabelecimento, inclusive de ferramentas e utensílios de trabalho não devolvidos; convênios com médicos, dentistas, clínicas, óticas, funerárias, hospitais, casas de saúde e laboratórios; convênios com lojas; convênios para fornecimento de alimentação sejam através de supermercado ou por intermediação de SESC ou Sesi e outros referentes a benefícios que forem, comprovadamente, utilizados pelo empregado em seu proveito.

Parágrafo Único - Fica ressalvado o direito do empregado de cancelar, a qualquer tempo e por escrito, a autorização para que se proceda aos descontos salariais acima especificados, respeitadas as obrigações já anteriormente assumidas pelo empregado.

63. Desconto de Mensalidades Sindicais - Os empregadores descontarão do salário dos empregados sindicalizados as mensalidades sociais devidas por estes ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre, desde que haja prévia e expressa autorização do interessado, repassando o valor recolhido até o 10º (décimo) dia subsequente ao desconto.

64. Contribuição Confederativa - As empresas ficam obrigadas a descontar em folha de pagamento e repassar em favor do SINDEC as contribuições para o custeio do sistema confederativo da representação sindical (Contribuição Confederativa) - prevista no inciso IV do Artigo 8º da Constituição Federal - no prazo de até o 5º dia útil, após o respectivo desconto, nos meses de novembro de 2006, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, julho, agosto e outubro de 2007, observado o disposto no Termo de Ajuste de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região.

65. Descumprimento das Cláusulas da Convenção - Na hipótese de descumprimento das cláusulas e condições ajustadas na presente Convenção, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre notificará por escrito a entidade sindical que representa a empresa infratora que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, diligenciará junto à empresa para que a obrigação seja cumprida, ou sejam prestados os esclarecimentos necessários, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

▶ **SEDE CENTRAL** | Rua General Vitorino, 113 | Fone/Fax 51 3226.4333 | CEP 90020-171 | Porto Alegre/RS

▶ **SEDE ESPORTIVA** | Av. Guaíba, 1060/1080 | Fone 51 3248.2410 | CEP 91760-740 | Porto Alegre/RS

▶ **COLÔNIA DE FÉRIAS** | Balneário Jardim Olívia | Fone 51 606.1100 | CEP 95585-000 | Rondoninha/RS

www.sindec.org.br
sindec@sindec.org.br



SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE

O COMERCÁRIO EM PRIMEIRO LUGAR



66. Cópia de Guias e Relação Nominal de Empregados - Ficam as empresas obrigadas a encaminhar aos Sindicatos convenentes, cópia das guias de Contribuição Confederativa, acompanhadas de relação nominal de empregados, no prazo de 30 (trinta) dias após o pagamento respectivo.

67. Contribuição Assistencial - Empregados - A fim de que o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE possa assistir aos integrantes da categoria representada, política, jurídica e clinicamente e, ainda, cumprir com todas as suas obrigações estatutárias, os empregados no comércio de Porto Alegre, sindicalizados ou não, beneficiados ou não pelas cláusulas deste acordo, qualquer que seja a forma de percepção salarial e independente da data de admissão, contribuirão com o valor de 3 (três) dias do salário total (salário base, horas extraordinárias, abonos, adicionais, comissões, etc.) da seguinte forma:

a) importância correspondente a 1 (um) dia do salário total (salário base, horas extraordinárias, abonos, adicionais, comissões, etc.) percebido no mês de **dezembro de 2006**, já corrigido nos termos desta Convenção e da legislação salarial vigente;

a.1) o valor da contribuição estipulada nesta alínea não poderá ser superior a R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), por empregado;

b) importância correspondente a 1 (um) dia do salário total (salário base, horas extraordinárias, abonos, adicionais, comissões, etc.) percebido no mês de **junho de 2007**, já corrigido nos termos desta Convenção e da legislação salarial vigente;

b.1) o valor da contribuição estipulada nesta alínea não poderá ser superior a R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), por empregado;

c) importância correspondente a 1 (um) dia do salário total (salário base, horas extraordinárias, abonos, adicionais, comissões, etc.) percebido no mês de **setembro de 2007**, já corrigido nos termos desta Convenção e da legislação salarial vigente;

c.1) o valor da contribuição estipulada nesta alínea não poderá ser superior a R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), por empregado;

§ 1º Caberá ao empregador proceder ao desconto, na folha de pagamento de **dezembro de 2006, junho de 2007 e setembro de 2007**, da contribuição referida na presente cláusula, recolhendo a importância total, através de guias fornecidas pelo sindicato profissional acordante, até o dia **09 de janeiro de 2007, 09 de julho de 2007 e 08 de outubro de 2007**, respectivamente. O pagamento poderá ser efetuado diretamente ao Sindicato profissional, na sede do mesmo, localizada na Rua General Vitorino nº 113, no horário comercial, ou por via bancária, na conta nº 130002802 do Banco Santander – Agência 1005 (Andradas) - em nome do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre.

§ 2º Quando o contrato de trabalho for extinto antes dos prazos estabelecidos no parágrafo anterior, a contribuição assistencial integral será recolhida ao Sindicato profissional até o ato de pagamento das verbas rescisórias.

§ 3º Os recolhimentos efetuados fora do prazo serão acrescidos de multa de 10% (dez por cento) nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso, além de juros de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária.

§ 4º O desconto a que se refere a presente cláusula garante aos empregados o direito de oposição, manifestada individualmente e por escrito à entidade sindical profissional conveniente, em até 10 (dez) dias antes do pagamento do primeiro salário reajustado nos termos da presente convenção. O horário de funcionamento da secretaria do sindicato é das 8h30min às 18h30min.

68. Contribuição Assistencial Patronal - As empresas representadas pelo SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ficam obrigadas a recolher aos cofres da entidade o equivalente a 02 (dois) dias do total da folha de pagamento já reajustada e vigente no mês de NOVEMBRO de 2006, por empresa. O recolhimento deverá ser feito até o dia **10 de janeiro de 2007** na conta bancária indicada em documento de cobrança bancária remetido, sob pena de, não sendo feito dentro do prazo, incidir juros e atualização monetária além de multa de 10 (dez) por cento e juros de 1% (um) por cento ao mês sobre o débito corrigido.

Parágrafo Primeiro - Ficam as empresas também obrigadas a remeter ao Sindicato Patronal relação nominal dos empregados com data de admissão, salário anterior à revisão e salário revisado, valor do recolhimento.

Parágrafo Segundo - A obrigação acima é ônus do empregador, constituindo-se em contribuição assistencial e será aplicada em benefícios assistenciais à categoria empresarial.

69. Vigência - As cláusulas da presente Convenção terão vigência a partir de **1º de novembro de 2006** e vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses.

Porto Alegre, 28 de novembro de 2006.

NILTON SOUZA DA SILVA - Presidente do Sindicato dos Empregados no
Comércio de Porto Alegre

Dra. ELISABETE HARTMANN – OAB/RS 59.211 - CPF nº 000.399.950-54
Sindicato Intermunicipal dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Rio Grande do Sul

► **SEDE CENTRAL** | Rua General Vitorino, 113 | Fone/Fax 51 3226.4333 | CEP 90020-171 | Porto Alegre/RS

► **SEDE ESPORTIVA** | Av. Guaíba, 1060/1080 | Fone 51 3248.2410 | CEP 91760-740 | Porto Alegre/RS

► **COLÔNIA DE FÉRIAS** | Balneário Jardim Olívia | Fone 51 606.1100 | CEP 95585-000 | Rondinha/RS

www.sindec.org.br
sindec@sindec.org.br